

CHAUI, Marilena. *Cultura do povo e autoritarismo das elites*. In: _____, *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo, Moderna, 1981. p. 39-60.

O texto é uma segunda versão da comunicação apresentada no simpósio sobre "Cultura do Povo", CEDEC/PUC, em 1977, por Marilena Chauí, no qual discorre sobre uma suposta oposição ou mesmo contradição entre "cultura do povo" e "autoritarismo das elites". Nele, a autora envereda numa discussão, apresentando lado a lado os termos povo e elite. A partir daí, percorre as várias possibilidades interpretativas que na verdade não se excluem umas às outras mas, o contrário, contribuem para evidenciar a complexidade do tema e as "dificuldades para a manutenção tranqüila de uma dicotomia entre os termos — cultura do povo e autoritarismo das elites —" dicotomia que nos levaria a crer que ambos são providos de limites "suficientemente nítidos para impedir o deslizamento de um no outro".

Estudando a natureza da diferença entre "cultura do povo" e "autoritarismo das elites", Chauí faz algumas indagações: "Haveria entre os termos uma diferença que se exprime na diversidade entre duas manifestações culturais específicas? Haveria apenas uma diferença aparente e uma coincidência real entre ambas? Poderia a diferença ser algo mais do que uma diversidade e muito mais do que uma coincidência, isto é, haveria entre os termos uma contradição?"

Ao desenvolver a discussão do tema, Chauí nos oferece três direções interpretativas:

Na primeira, a autora observa que, sendo a cultura do povo uma recusa explícita ou implícita da cultura das elites, encontrar-nos-emos em face

de duas culturas efetivamente distintas que exibiriam a existência de desigualdades sociais, de maneira que se tornaria necessário aceitar que a sociedade não é um conjunto estático e homogêneo, mas ao contrário, um conjunto plurisocial representando e aspirando interesses distintos. Neste caso, a elite recorreria ao autoritarismo para camuflar as divisões, despersonalizando as culturas do povo na tentativa de absorvê-las numa universalidade abstrata. Torna-se, então, gritante o caráter contraditório do "autoritarismo das elites, visto que a idéia de padrão cultural único e melhor implica, por um lado, a imposição da mesma cultura para todos e, por outro lado, simultaneamente, a interdição do acesso a essa cultura 'melhor' de pelo menos uma das classes da sociedade".

Numa segunda linha interpretativa, ela atenta para o fato de que se se levar em consideração "que as idéias dominantes de uma época são as idéias da classe dominante dessa época", a cultura do povo, "em lugar de ser a recusa do que se passa na esfera das elites, seria, antes, um instrumento para a dominação por parte daqueles que detêm o poder e que nele são mantidos na qualidade de elites justamente por serem tomados como paradigma do 'melhor', a que todos aspiram".

E, finalmente, ao imaginar que exista uma negação entre os termos povo e elite, "seríamos levados a afirmar que a cultura do povo é não-autoritária. Todavia, sendo a contradição uma relação intrínseca entre os termos, a designação de não-autoritarismo popular exige que este seja uma negação determinada, isto é, exige que encontremos o lugar onde aquilo que a elite afirma seja exatamente aquilo que o povo nega, e não outra coisa qualquer".

Para fundamentar as interpretações acerca do tema, Chauí preocupa-se com as expressões "cultura do povo" e "cultura popular", e supõe

que o mérito de se utilizar a primeira expressão em vez da segunda, seja o de se resguardar da ambigüidade presente neste último, que dá noções de que representações, normas e práticas porque são encontradas nas classes dominadas são do povo. Enquanto que, ao se considerar a cultura como sendo do povo, vale dizer que esta não se encontra simplesmente no povo, mas é produzida por ele.

Devido a diversidade do que se costuma considerar como povo, "não sendo possível agrupar em um todo homogêneo as manifestações culturais" de várias "esferas da sociedade", Marilena Chauí faz uma outra observação no que concerne ao uso do singular "cultura", quando talvez fosse mais adequado empregar o plural, "culturas do povo" ... E conclui que se a pluralidade for mantida "permaneceremos abertos a uma criação que é sempre múltipla, solo de qualquer proposta política que se pretenda democrática".

Além da força, da repressão, da censura, a autora nos mostra uma outra forma mais sutil de exercer o autoritarismo no mundo capitalista. Trata-se de idêntico de que a racionalidade comandaria a legitimação do autoritarismo. Pode-se compreender a influência da ciência e da razão que a faz servir "como critério de diferença entre a cultura dominante e a dominada: A primeira se oferece como saber de si e do real, a segunda, como não-saber". Verifica-se, portanto, que esse é uma maneira original e perspicaz de confirmar "que a barbárie se encontra no povo na dimensão da incultura e da ignorância". Para a elite esta configuração tem duas grandes vantagens: Primeira, a ciência nos é mostrada como algo que se encontra acima das regiões, culturas, políticas e este seu caráter universal tem a função de tentar esculpir sua neutralidade e obstruir a visão de seu caráter opressor; segunda, a dita ignorância do povo tem a função de justificar e centralização do poder nas mãos desta elite que se encontra no ápice da organização vertical da sociedade, servindo também, "para identificar a possível consciência da domi-

nação com o irracional, visto que lutar contra ela seria lutar contra a verdade (o racional) fornecida pelo conhecimento".

Continuando, Chauí recorre à expressão de Espinosa, in *TRACTATUS POLITICUS*, Haya, 1914, "a plebe é temível quando não teme", para melhor explicar o autoritarismo. E nos fala do contra-senso que existe nos países periféricos onde as formas de controle social exercido pelas instituições não conseguem dar ao jogo do poder a neutralidade aparente esboçada pelo saber, como acontece nos países centrais, pois os periféricos têm que recorrer à ameaça para manter o povo numa posição difícil, acuado, totalmente despossuído de forças para ser temido.

Ao esmero do autoritarismo invisível que faz do homem ser angustiado e inseguro pelo medo de ser marginalizado, enviado para as franjas da sociedade por falta de competência, "contrapõe-se o autoritarismo visível das elites 'periféricas', para as quais o povo só não é temível quando teme e só teme quando a força o ameaça a cada momento"... A complexidade de questão destaca-se quando Chauí nos mostra que nos chamados países periféricos coexistem estas duas formas de dominação e que não há entre elas "um equilíbrio precário ou um mero descompasso", mas sim uma contradição real, indispensável para sua manutenção. "Para exercer a dominação invisível graças ao prestígio do saber, as elites precisam impô-la pela força visível". A autora detém-se para explicar essa contradição que crê ser dotada de "clareza meridiana", capaz de nos fazer perceber "tanto o caráter opressivo do saber (que por isso precisa ser imposto) quanto o caráter sábio da opressão (que por isso se oferece como necessário ao progresso da nação)". Respondendo "se há uma experiência popular de derrubada de autoritarismo das elites", Marilena Chauí encerra citando a experiência descentralizada, autogestora e de grande representatividade popular realizada na Hungria em 1956.